

ENSINO DE ALEMÃO COMO LÍNGUA ADICIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: PRÁTICAS DOCENTES REFLEXIVAS

Stephanie Godiva Santana de Souza

Mônica Savedra

Mestranda

RESUMO: Tradicionalmente marcado por cursos especializados e escolas bilíngues de elite, destaca-se atualmente no Estado do Rio de Janeiro um crescente número de iniciativas que promovem o ensino e a aprendizagem de alemão para alunos de Ensino Médio da rede pública. A democratização e popularização do acesso ao idioma e a diversificação na oferta de línguas estrangeiras no contexto escolar são objetivos desses projetos. Constatando o surgimento de uma nova demanda de formação de professores na região fluminense, o presente projeto de pesquisa em andamento busca identificar sobre os impasses enfrentados pelos estudantes de Letras que atuam como professores de alemão em três iniciativas que atuam em escolas públicas do Estado: OLEE (Oficina de Línguas Estrangeiras nas Escolas), PALEP (Projeto Aulas de Línguas em Espaços Públicos) e a empresa junior BrasDeutsch, respectivamente vinculados à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, à Universidade Federal do Rio de Janeiro e à Universidade Federal Fluminense. Essa investigação concentra-se em pesquisa de campo de caráter etnográfico (GEERTZ, 1989), dado que a observação participante do cotidiano escolar se mostra capaz de evidenciar os processos de negociação entre o livro didático e as práticas pedagógicas e as singularidades sóciopolíticas dessas instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Alemão como Língua Adicional; Ensino de Língua Estrangeira; Formação de Professores.

O ensino de alemão como língua estrangeira (doravante ALE) possui uma longa e singular relação com a política de Estado do Rio de Janeiro. Ainda durante o Segundo Reinado do Brasil Império, o Colégio Pedro II, em 1841, emerge como a primeira instituição no país a incluir línguas estrangeiras “modernas“, dentre elas o alemão, no currículo escolar, privilegiando a apreciação dos clássicos europeus (COUTO, 2012). Contudo, não havia, no Estado, uma expressiva população de imigrantes oriunda de países germanófonos, como haveria no Sul do país, que assegurasse a presença da disciplina nas escolas públicas de toda a região (STANKE & BOLÁCIO FILHO, 2015), destarte o idioma limitou-se a ser ensinado em escolas privadas da elite carioca após os anos 1960.

Desde os anos 2000, impulsionado pelos grandes eventos – Copa de 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016 – realizados no Estado, destaca-se o impulso de um crescente número de iniciativas que promovem o ensino-aprendizagem de ALE para alunos da rede pública visando a democratização e popularização do acesso ao idioma e a diversificação na oferta de cursos de ALE calcado na Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96). Em decorrência das atuais reformas e propostas de novas Bases Curriculares, a oferta da língua estrangeira moderna como disciplina escolar tem sido uma questão atualmente muito debatida tanto no âmbito político, como no acadêmico-científico. Embora para o senso comum a língua inglesa deva ser obrigatoriamente ofertada como disciplina escolar, de acordo com a antiga LDB de 1996, caberia à comunidade escolar definir o idioma a configurar como disciplina obrigatória, sendo a optativa oferecida dentro das disponibilidades da instituição.

Tais diretrizes, no entanto, foram revogadas em fevereiro de 2017 pela lei no 13.415, que estabeleceu o inglês como segunda língua obrigatória e o espanhol apenas em caráter optativo. Sob esse novo cenário de ensino que se delineia a língua alemã busca um novo lugar, por meio desses projetos, nos quais seja possível não só ampliar a oferta de postos de trabalho, como também possibilitar a democratização do acesso ao idioma. Ademais, a língua estrangeira como componente curricular, segundo Canclini (2011), permite ao aluno, adquirir um novo olhar sobre a realidade observada, torna-se tolerante

em relação aos grupos culturais e linguísticos, valorizar a diversidade humana e passar a constituir uma identidade híbrida.

Dentre as inúmeras iniciativas desenvolvidas na esfera pública, tais como o projeto de escolas bilíngues Português-Alemão no município do Rio de Janeiro, a presente pesquisa ilumina apenas os projetos vinculados às escolas Estaduais propondo investigar, sob a perspectiva da sociolinguística, com ênfase na política e planejamento linguístico, os processos de negociação entre os materiais didáticos utilizados e a prática reflexiva e pedagógica dos estudantes-professores de alemão no contexto de três projetos inseridos em escolas públicas do Rio de Janeiro: OLEE, PALEP e BrasDeutsch. O primeiro, criado em 1998 na UERJ, já oferece cursos regulares em duas escolas estaduais e uma municipal utilizando LDI tradicionais; o segundo teve início em 2012 na UFRJ e promove aulas de alemão não só em escolas como também em espaços públicos como bibliotecas desenvolvendo materiais próprios para seu público; já o último trata-se da inovadora Empresa Júnior do Curso de Letras da UFF organizada e gerenciada pelos próprios alunos do setor de alemão, que propõe aliar em seu trabalho língua e cultura, sobretudo teatro e cinema. Tal recorte justifica-se pela diversidade de abordagens pedagógicas que cada projeto vem aplicar ao ensino-aprendizagem de ALE na rede pública. É importante salientar que devido ao tempo disponível para a pesquisa de campo e análise de dados será investigada apenas uma escola vinculada a cada projeto.

Tais projetos ganharam impulso com o Programa Dupla Escola, criado em 2008, que dentre suas inúmeras atribuições tinha a implementação de escolas de currículos interculturais, que contariam com cooperações binacionais como o projeto piloto Brasil-Alemanha, visando maiores oportunidades para esses alunos de inserção num mercado de trabalho cada vez mais plural e globalizado.

Nesse ínterim, constata-se o surgimento de uma nova demanda para o ensino de ALE no Rio de Janeiro, em cujas universidades as pesquisas e a formação profissional tradicionalmente tendem a iluminar apenas as problemáticas que concernem o ensino de ALE para adultos, para fins acadêmicos/profissionais e as escolas privadas. Deste modo, é um desafio aos professores em formação que atuam nos projetos supracitados fomentar e perseguir um ensino intercultural, que valorize e dialogue com a identidade e as demandas específicas dos seus aprendizes.

Ao que confere os estudos sociolinguísticos e de Linguística Aplicada que tenham por tema o ensino de alemão para jovens e adolescentes observa-se um crescimento nos últimos anos, sobretudo após os inúmeros acordos e cooperações travados pelo Brasil com países germanófonos. Contudo, lecionando ALE para adolescentes como professora-estagiária do Projeto OLEE, vinculado à UERJ, deparei-me com a escassez de materiais didáticos e de pesquisas acadêmicas que iluminassem as problemáticas e as especificidades do ensino-aprendizagem no contexto da Escola Pública do Rio de Janeiro.

Dentre os trabalhos publicados mais recentemente, observam-se análises que até propõem refletir sobre as práticas pedagógicas em escolas públicas, entretanto, localizadas no Sul do país, onde os alunos, muitas vezes, já possuem conhecimentos de alemão. Quando o olhar recai sobre o Estado do Rio de Janeiro, os estudos priorizam dissertar sobre as práticas em sala de aula de escolas privadas de elite, tradicionais redutos dos profissionais formados em alemão na área de educação básica. No entanto, quais seriam os impasses socioculturais enfrentados no ensino-aprendizagem de alemão nesse contexto? Como os professores-estagiários estabeleceriam uma “ponte” intercultural entre a realidade vivenciada por esses alunos e a apresentada pelo material didático, muitas vezes importados da Europa?

Partindo do pressuposto de que a língua é mais do que um “instrumento de comunicação” (CHRIST, 1996), as representações presentes nos livros didáticos (doravante LDI) podem desencadear, segundo autoras como Coracini (2003) e Buhonovsky (2005a, 2005b, 2011) efeitos negativos para o processo de ensino-aprendizagem. O caráter muitas vezes ufanista de tais publicações, a desconsideração das especificidades do contexto regional em que é adotado (UPHOFF, 2009) e as representações idealizadas dos falantes, falares e da realidade não deixam “muito espaço para uma maior familiarização dos aprendizes com a diversidade dos contextos sócio-culturais, políticos e ideológicos nos quais se situam os falantes nativos de alemão” (BUHONOVSKY, 2011, p. 93).

Nesse sentido, é na sala de aula de L2 em que é tecida uma paisagem humana que favorece as trocas discursivas entre aprendizes e professores e a relativização das identidades individuais. Nos aproximamos deste modo, do conceito de *aprenderensinar* (ANDRADE, 2011), em que são reconhecidas como um ato criativo as diferentes formas de tessitura, organização e produção de conhecimento, oriundas de redes de experiências

singulares e sociais em *espaçotempos* comuns mediados entre diferentes culturas e conhecimentos.

Observa-se assim que, ao aprender uma L2, o aprendiz brasileiro, especialmente os de camadas mais desfavorecidas da sociedade, submete sua cultura às das línguas que aprende, ao invés de revisitar sua própria identidade e promover o diálogo de igual para igual entre as duas culturas (LEFFA, 1999). Orlandi destaca ainda que “aos brasileiros tem sido concedido apenas o direito de ter ‘particularidades, singularidades e peculiaridades culturais’, mas não uma história própria, uma interpretação peculiar da História” (ORLANDI apud BUHONOSVKY, 2011). Essa imagem do outro construída através de um “filtro” cultural resulta, por consequência, numa reprodução deturpada e de maneira alguma imparcial da realidade.

Ao buscar a identificação da materialidade das experiências de ensino e aprendizagem de alemão a metodologia se delineará inicialmente na execução concomitante de duas estratégias basilares. Primeiramente orienta-se em torno da pesquisa de campo de caráter etnográfico (GEERTZ, 1989) A observação participante do cotidiano escolar mostra-se capaz de evidenciar os impasses enfrentados pelo ensino de alemão em escolas públicas do Rio de Janeiro.

Finalmente, também faz-se necessário o uso de questionários para a aferição do perfil sóciolinguístico dos sujeitos de pesquisa, assim como a análise documental dos planos de aula e materiais utilizados pelos professores em busca de pistas dos processos de (re)articulação dos conteúdos com a realidade e demandas dos alunos, à luz do suporte teórico bibliográfico no âmbito da sociolinguística e áreas afins. Por fim, esse material será cotejado e confrontado possibilitando assim atingirmos os objetivos propostos.

Percebemos, assim, que a aprendizagem de uma língua mobiliza, por meio de um processo dialógico, uma série de confrontamentos e ressignificações a começar pela construção identitária do próprio aprendiz (MOITA LOPES, 1996). A escassez de abordagens que relacionem as reflexões supracitadas no contexto do ensino-aprendizagem de ALE na Escola Pública do Rio de Janeiro constitui a força motriz e em tema de relevância social para a realização deste presente pré-projeto. A proposta, é importante salientar, está plasmada no desafio formulado por Pennycook de “entender as relações entre conceitos de sociedade, ideologia, capitalismo global, colonialismo, educação, gênero, racismo, sexualidade, classe e os discursos da sala de aula”

(PENNYCOOK apud BUHONOVSKY, 2011) em busca da superação de fronteiras (KELLER, 1990), de uma abordagem transcultural (WELSCH, 2010).

Referências

BRASIL. **Lei no 11.161**, de 05 de agosto de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm. Acesso em: 12 ago. 2017.

BRASIL. **Lei no 9.394** de 20 de dezembro do 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 12 ago. 2017.

BRASIL. **Lei no 13.415** de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art22. Acesso em 12 ago.2017.

ANDRADE, Nívea Maria da Silva. **Práticas Escolares como Táticas Criadoras: Os praticantes nas tessituras de currículos**. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. (Tese de Doutorado)

ARANTES, Poliana Coeli Costa. A dêixis social em sala de aula de ALE: propostas para uma unidade de ensino. In: MOURA, Magali et alli (org). **Ensino-aprendizagem de alemão como língua estrangeira: teoria e práxis**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, pp.176-198.

BOHUNOVSKY, Ruth. O Imaginário (Colonial) no Ensino de Alemão como Língua Estrangeira no Brasil. In: **Trab. Ling. Aplic.** Campinas, 44 (1), jan/jun.2005 (a), pp.89-95.

BOHUNOVSKY, Ruth. Imagens de uma língua: reflexões sobre o ensino de alemão como língua estrangeira no Brasil. In: **Pandæmonium germanicum**. v. 9, 2005 (b), pp.327-344.

BOHUNOVSKY, Ruth (Org). **Ensinar Alemão no Brasil: contextos e conteúdos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

CANCLINI, Nêstor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2011.

CARAPETO-CONCEIÇÃO, Robson. **Representações de alunos do ensino fundamental no uso do Alemão como língua de encontro: Weltjugendsprache Deutsch**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2011. (Dissertação de Mestrado)

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (Org.). **Identidade e discurso**. Campinas: Unicamp; Chapecó: Argos, 2003.

COUTO, Letícia Coroa do. Sobrevoos pela História do Ensino de Alemão-LE no Brasil. In: **Revista HELB** 6(6), 1/2012. Disponível em: <http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=199:sobrevoos-pela-historia-do-ensino-de-alemao-le-no-brasil&catid=1112:ano-6-no-6-12012&Itemid=17>. Acesso em: 19 ago. 2017.

CHRIST, Herbert. Fremdverstehen und interkulturelles Lernen. **Zeitschrift für Interkulturellen Fremdsprachenunterricht** [Online], 1(3), 1996. Disponível em: http://www.spz.tu-darmstadt.de/projekt_ejournal/jg_01_3/beitrag/christ.htm. Acesso em 26 ago. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

HALL, Stuart. Chapter 4: The Spectacle of the 'Other'. In: HALL, Stuart (Org.) **Representation - Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage, 1997, pp.223-291.

HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEFFA, Vilson. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. In: **Contexturas**, APLIESP, n.4, p. 13-24, 1999.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Oficina de Linguística Aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas**. Campinas, Mercado de Letras, 1996.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma lingüística indisciplinar**. São Paulo: Editorial Parábola, 2006(a).

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas. A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula.** São Paulo: Mercado das Letras, 2006(b).

NUNAN, David. **Research Methods in Language Learning.** Cambridge: University Press, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento linguístico. Para uma história das ideias no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2002.

STANKE, Roberta Sol & BOLACIO FILHO, Ebal. O Ensino de Alemão no Ambiente Escola e a Formação de Professores. In: **Anais do I Congresso da Associação Brasileira de Estudos Germaísticos.** São Paulo: ABEG, 09-11 nov. 2015, p.326-334. Disponível em: <http://germanistik-brasil.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Stanke-Bolacio1.pdf>. Acesso em 19 ago. 2017.

SOUZA, Liz Sandra Souza e. Colégio Pedro II: Um Lugar de Memória do Ensino de Línguas no Brasil. In: **Revista HELB** 6(6), 1/2012. Disponível em: http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=201:colegio-pedro-ii-um-lugar-de-memoria-do-ensino-de-linguas-no-brasil&catid=1112:ano-6-no-6-12012&Itemid=17>. Acesso em 19 ago.2017.

UPHOFF, Dörthe. **O poder do livro didático e a posição do professor no ensino de alemão como língua estrangeira.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009. (Tese de Doutorado)

UPHOFF, Dörthe. Resistências ao Livro Didático Internacional no Ensino de Alemão no Brasil. **Anais do Seta**, n.3, 2009, pp. 272-281.